

MESA-REDONDA 5

UNCED 2012: VAMOS REPETIR 1972?

Mediador: Antonio Otávio Sá Ricarte

Debatedores: Crodowaldo Pavan
Jacques Marcovitch
Bráulio Ferreira de Souza Dias
José Ricardo A. Trípoli
Rubens Harry Born

O Brasil Precisa se Qualificar para a Discussão Internacional da Biodiversidade

A Rio-92 acontece quando o planeta está chegando a uma situação de quase insuportabilidade e, a ausência de providências nos próximos anos poderá sacrificar as gerações futuras. A tendência é de que sejam viabilizadas convenções para uma objetiva cooperação internacional, mas a mobilização da opinião pública e a posição firme dos países em desenvolvimento se farão necessárias para que essa cooperação se dê em condições de igualdade. Os participantes da mesa-redonda 5, "Unced 2012: Vamos Repetir 1972?", foram também unânimes em propor caminhos para que o Brasil dê um tratamento mais adequado às questões ambientais e possa participar de forma atuante na grande discussão internacional da biodiversidade.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92) poderá ser uma repetição da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo-72)?

A pergunta proposta pelo "2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas" foi fundamentada pela necessidade de se manter acesa a discussão sobre o tema e obter a convergência da consciência coletiva para a constante mutação do mundo. O professor emérito da USP e da Unicamp, Crodowaldo Pavan, defende que "Estocolmo-72 foi uma conferência extraordinária, histórica, que mostrou um novo rumo para o desenvolvimento humano e para o desenvolvimento de todas as transformações na superfície da Terra". Pavan reconhece que muitas medidas então sugeridas acabaram não sendo implementadas, mas atribui este desfecho à falta de participação da coletividade e, principalmente, da comunidade intelectual.

Para o secretário da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Antônio Otávio Sá Ricarte, que foi o mediador da mesa-redonda, como representante da Secretaria Executiva da Comissão Internacional para a adaptação da UNCED-92, a própria diferença no título da Conferência já indica um avanço

no debate internacional sobre o meio ambiente. "Hoje em dia não se pensa apenas num meio ambiente humano, com a grande preocupação da Estocolmo-72, com os graves problemas de poluição dos centros urbanos do primeiro mundo ou preservação dos recursos naturais diante da ocupação cada vez maior dos espaços".

Rubens Harry Born, conselheiro do Instituto para o Desenvolvimento, o Meio Ambiente e a Paz (*Vitae Civilae*), lembrou uma versão corrente entre os ambientalistas da época, de que os governos não encontraram soluções para os problemas em 1972, exatamente por serem eles, governos, parte do problema.

A evolução ocorrida nestes 20 anos, no entender do diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP, Jacques Marcovitch, foi a da saída de uma bipolaridade consolidada para uma multipolaridade. "A agenda internacional é influenciada em 1992 por um grupo de sete países industrializados, que se vêm preocupando cada vez mais com seus problemas internos, em detrimento dos problemas globais".

Crodowaldo Pavan compartilha desta opinião. Para ele, os países desenvolvidos estão agindo, em 1992, "de uma forma que não satisfaz totalmente o terceiro mundo, que não satisfaz totalmente 80% da população humana".

Ele considera que só a pressão popular fará com que as nações ricas respeitem o que for decidido na RIO-92 em benefício dos países em desenvolvimento.

A situação, no seu entender, é particularmente grave pelo fato de o planeta estar chegando a uma situação de "quase insuportabilidade". Isto porque a Terra é um espaço limitado e a população humana não vai poder crescer indefinidamente, pelo menos nos moldes atuais. Assim, a previsão é de que o planeta suporte mais ou menos quinze bilhões de habitantes, o que deve ser atingido lá por 2050. "Ocorre que, se desgastarmos o meio ambiente como vimos fazendo, daqui a 60 anos não haverá vida suportável para quinze bilhões, mas só para dez bilhões. Então, a cada geração, nós estaremos sacrificando cinco bilhões de pessoas", argumenta.

Ele enfatiza que isto significará uma agressão ao instinto humano, pois o indivíduo não mais poderá reproduzir-se conforme ele gostaria e sim de acordo com o que é imposto pela sociedade. E, para afastar esta possibilidade, urge tomar providências rapidamente. "Se nos próximos dez anos não fizermos alguma coisa, e bem feita, nós não teremos oportunidade futura."

COOPERAÇÃO

Na opinião de Antônio Ricarte, a preocupação da conferência do RIO será a de fixar as bases para uma cooperação internacional, para a conservação e utilização racional do meio ambiente, sem ferir o princípio da soberania. Para os países onde subexiste a miséria, "que é a principal causa da degradação ambiental", serão necessários dois insumos básicos que podem ser fornecidos pelo primeiro mundo: recursos financeiros e tecnologia apropriada para um desenvolvimento que não conflite com a conservação ambiental.

Ele descarta, entretanto, a troca simplista de dólares e *know-how* por recursos biológicos a serem utilizados na melhoria da espécie do primeiro mundo através da biotecnologia. Propõe, isto sim, parcerias em que os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento trabalhem juntos no aproveitamento da diversidade biológica; além disto, os países que possuem tais recursos deveriam ainda receber compensações, "na forma de dinheiro e de tecnologia para conservação e utilização desse potencial".

Bráulio Ferreira de Souza Dias, diretor de Incentivo à Pesquisa e Divulgação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), queixa-se de que o Brasil tem sido atropelado em termos de cooperação internacional, já que quase todas iniciativas neste sentido vêm do Exterior. "Nós temos de reverter este quadro, identificar as nossas demandas e levá-las para fora, exigindo cada vez mais uma cooperação em pé de igualdade".

Ele considera que é chegado o momento, por exemplo, de "acabar com a vinda constante de expedições científicas para o Brasil, como se aqui fosse um quintal de alguém desprovido de uma comunidade científica que possa cuidar de suas próprias questões".

Rubens Born vê com ceticismo arranjos inspirados no bom-senso e no despreendimento. O que esta em

jogo na RIO-92, explica, é o "status quo" das forças hegemônicas, no plano internacional e em nível de nação. "Quem é rico quer continuar com seus privilégios. Quem não tem acesso aos recursos necessários para o bem-estar, tenta mudar a repartição desses recursos, os critérios da divisão internacional do trabalho, quem fica com a atividade poluidora etc."

POSIÇÃO BRASILEIRA

Bráulio Sousa Dias defende que o Brasil deve deixar de se manter a reboque de discussões travadas no Exterior, passando da passividade ao ataque. Um exemplo dessa posição caudatária, no seu entender, é a priorização da Amazônia, "que praticamente nos foi imposta por governos e organizações não governamentais de países estrangeiros, em detrimento de outras áreas críticas que temos dentro do Brasil, como a devastação da Mata Atlântica, do cerrado, da caatinga."

O caminho para reverter o quadro é ter mais iniciativas e saber apresentá-las no Exterior. "Temos de nos organizar mais, consolidar nossas idéias, estruturar propostas e manter uma atuação mais consistente em nível internacional", sustenta.

Rubens Born lembra que os países do hemisfério Norte são os grandes responsáveis pela degradação planetária, abrigando 20% da humanidade e consumindo direta e indiretamente 80% dos recursos naturais.

Assim, cabe ao Brasil e aos países em desenvolvimento apontar o dedo para eles como maiores causadores dos problemas ambientais. "Mas, não podemos deixar de olhar também para o Sul e ver que as elites, as forças hegemônicas governamentais e privadas têm igualmente sua responsabilidade pela miséria e degradação ambiental do terceiro mundo."

AMAZÔNIA

Jacques Marcovitch discordou da posição de Bráulio Dias, segundo quem a priorização da Amazônia no debate ambiental não corresponde aos reais interesses brasileiros. "Eu não tenho dúvida de que existem outras urgências, mas não podemos nos furtar da responsabilidade de conhecer esse espaço", diz Marcovitch, lembrando que se trata de uma área de extensão superior a toda a Europa Ocidental. Com a utilização de satélites, acrescenta, "pela primeira vez na história da humanidade é possível conhecer o espaço a partir da estratosfera, antes mesmo de alcançá-lo em nível de espaço físico inferior".

Para o diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP, o Brasil deveria parar de temer ameaças de fora para dentro (a internacionalização alegada da Amazônia) e reconhecer que lhe cabe uma responsabilidade em relação a esse território. "Cabe-nos levantar dados das 22 ou 25 zonas geoeconômicas e sociais que já são reconhecidas da Amazônia e fazer com que essas informações sejam armazenadas e trabalhadas por instituições permanentes na região. Com isto, poderemos entregar às gerações futuras um conhecimento que será

necessário quando a Amazônia se tornar um território prioritário para os brasileiros em termos de desenvolvimento”.

AÇÕES PROPOSTAS

Informação e capacitação são as duas condições básicas para que o Brasil defenda, da melhor forma, seus interesses em termos de controle ao acesso a sua biodiversidade e de retorno pelos benefícios por ela propiciados. Segundo Bráulio Dias, “se não tivermos essas duas questões atendidas, vamos ser completamente engolidos na grande discussão internacional da biodiversidade”.

Assim, para a tomada de decisões corretas quanto as alternativas de desenvolvimento e conservação, será necessário dispor de informações atualizadas e precisas sobre o meio ambiente, a biodiversidade do País, a degradação, as opções de manejo florestal etc. E, obviamente, isto requererá a capacitação de recursos humanos em quantidade e com qualidade muito superiores às atuais. Além disto, tem faltado um melhor planejamento quanto à utilização dos recursos humanos e materiais ora existentes cujo aproveitamento deve ser maximizado.

Outra sugestão do diretor do IBAMA é de que se busque um envolvimento cada vez maior do setor privado com a área ambiental. “Em todos os países mais desenvolvidos, existe uma parceria de governo e setor privado em termos de investimentos em pesquisa e desenvolvimento. No Brasil, pelo contrário, há um descompasso muito grande e uma tendência antiga de deixar isso quase que por conta só do governo. Nós temos de reverter isto, cobrando uma participação mais efetiva dos segmentos privados na preservação e recuperação ambientais”.

Jacques Marcovitch, por sua vez, apresentou cinco propostas que ele acredita combinarem “o rigor econômico e a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento necessários para reduzir o fosso entre os mais aquinhoados e os marginalizados no Brasil”. A primeira é a intensificação dos trabalhos de educação ambiental, com utilização maciça dos meios de comunicação e um direcionamento maior para os adultos, já que as crianças têm sido convenientemente atingida nas escolas. Além disto, diz o diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP, a educação ambiental deve ser desenvolvida segundo a realidade geo-sócio-econômica de cada região.

Em segundo lugar vem um monitoramento baseado em indicadores ambientais, sociais e econômicos e que permita “a transmissão de dados compreensíveis pela maioria”. Isto possibilitará que se tenha maior clareza quanto às espécies que se quer preservar, o grau em que se deve diminuir a contaminação do ar, da água e do solo, a direção e a intensidade dos esforços necessários para atingir tais objetivos.

A terceira diretriz apontada por Marcovitch é o entendimento amplo, “a concentração, em termos setoriais, em nível de mentalidades, de alianças e de

associados em escala internacional”. O diálogo deve ser ampliado entre as pessoas igualmente interessadas em procurar melhorias para a humanidade, mas que têm posições diferentes, dividindo-se entre as que dão maior ênfase ao rigor econômico, à preservação ambiental ou ao desenvolvimento. A consertação permitiria que, de uma somatória dessas três tendências, resultassem mobilizações de maior envergadura e a tomada de medidas efetivas.

A quarta recomendação é de que os quadros nacionais e internacionais sejam acompanhados com sensibilidade e postura estratégica, buscando detectar as melhores oportunidades para o desencadeamento de campanhas e obtenção de resultados concretos.

Finalmente, Marcovitch propõe que se procure efetivamente conseguir o engajamento da maioria, “o que só se dará se nós decodificarmos nossas bandeiras em mensagens simples e objetivos compreensíveis para a grande maioria da população”. Segundo ele, os ambientalistas até agora não se têm comunicado eficientemente com parcelas mais amplas da sociedade por insistirem em “mensagens genéricas, ambiciosas e utópicas”.

UM FUTURO MELHOR E AS ONGS

O deputado Ricardo Trípoli, membro da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, ressaltou o papel das Organizações Não Governamentais afirmando que “os movimentos da defesa do consumidor e ecológico, foram, em grande parte, responsáveis pela mudança da consciência coletiva que levou a uma mudança da estrutura internacional de poder e que hoje colocam em xeque as relações de produção, a divisão internacional do trabalho e o modo de consumo dos países do Norte e das populações melhores aquinhoadas”.

O deputado salientou a importância do direito internacional do meio ambiente para se alcançar um novo salto na qualidade de vida, reorientando o sistema de produção e de consumo, para que se possa chegar a uma sociedade global de bem-estar, em harmonia com a natureza.

O momento histórico iniciado em 1972, concluiu, não se esgota com a UNCED-92. Independente do seu resultado, caberá a cada cidadão lutar pela construção de uma nova sociedade: a sociedade que legaremos a nossos filhos.